

V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



012 - OS SISTEMAS COOPERATIVISTAS BRASILEIRO E ALEMÃO: ASPECTOS COMPARATIVOS

Legislação, jurisprudência e aspectos contábeis

Vera Herweg Westphal
veraherweg@yahoo.com.br
Departamento de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar diferenças na constituição histórica dos sistemas cooperativistas, bem como comparar a legislação cooperativista, a organização interna e a organização dos sistemas cooperativistas alemão e brasileiro, destacando semelhanças e diferenças entre os mesmos. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo de fontes documentais. Na Alemanha o cooperativismo surgiu pela organização de setores empobrecidos da população, enquanto auxílio mútuo para melhorar sua condição social e econômica. Atualmente, cerca de 95% do setor primário e 35% do setor financeiro organizam-se de forma cooperativada. No setor secundário o cooperativismo não tem fixação significativa. Já as cooperativas habitacionais e de consumo são expressivas e nos últimos anos, observa-se um crescimento de cooperativas na área de prestação de serviços. No Brasil, as primeiras cooperativas surgiram como forma de auxílio mútuo, mas é pós-1960 que há um crescimento massivo de cooperativas. Elas foram fomentadas pelo Estado, sobretudo na agricultura, consolidando o agronegócio. Nos últimos anos a quantidade de cooperativas ascende em setores como saúde, educação e serviços. Enquanto na Alemanha as cooperativas privilegiam a dimensão econômica e são organizadas de forma autônoma, sem ingerência do Estado, no Brasil as cooperativas têm também uma importante função social e buscado sua autonomia.

Palavras-chave: Cooperativismo internacional, cooperativas na Alemanha, organização interna, legislação cooperativista.

Abstract

This study aims at presenting differences in the historical background of cooperative systems as well as comparing cooperative legislation, internal organization and the organization of the Brazilian and the German cooperative systems, highlighting similarities and differences between them. The study was conducted by means of bibliographic research and content analysis of documents. In Germany, cooperatives arose from the organization of impoverished sectors of the population as a form of mutual aid in order to improve their social and economic condition. Currently, around 95% of the primary sector and 35% of the financial sector are organized into cooperatives. In the secondary sector, cooperatives are not significantly present. However, housing and consumer cooperatives are expressive and in the past few years an increase in the number of service cooperatives has been observed. In Brazil, the first cooperatives appeared as a form of mutual aid, but only after 1960 does a massive growth of cooperatives occur. They were fostered by the government, most of all in agriculture, thus consolidating agribusiness. In the past few years, the number of cooperatives rises in sectors such as health care, education and services. While in Germany cooperatives prioritize the economic sphere and are autonomously organized without government intervention, in Brazil cooperatives also play an important social role and seek their autonomy.

Keywords: International cooperativism, cooperatives in Germany and in Brazil, internal organization, cooperative legislation.

1 Introdução

O cooperativismo, cujos primórdios estão relacionados às formas de ajuda mútua entre pessoas com necessidades e interesses semelhantes, passou a tornar-se ao longo do último século, não apenas num movimento de ação na sociedade, mas principalmente em relevante forma de organização social, possibilitando e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade de forma social mais ampla. As cooperativas são entendidas como união e organização de pessoas que se reúnem voluntariamente para satisfazerem interesses e necessidades econômicas, sociais e culturais, sendo a gestão pautada na democracia.

Apesar do cooperativismo se organizar a partir de princípios aceitos e praticados em países do mundo todo, as experiências de cooperativismo tem sido particulares em cada país. Neste sentido, a comparação entre experiências organizativas entre diferentes países, pode evidenciar aspectos a serem observados, analisados, revistos e aprendidos mutuamente. Diante disto, este trabalho objetiva apresentar diferenças na constituição histórica dos sistemas cooperativistas do Brasil e da Alemanha, bem como comparar aspectos relacionados à legislação, organização interna e compreensão de organização do trabalho nos sistemas cooperativistas destes países e ainda, analisar a inserção e significado do cooperativismo nestes países.

2 Concepção de Cooperativismo

O cooperativismo, entendido como um movimento organiza as cooperativas, entendidas como organizações de interesse social e econômico. Ambos pautam-se em princípios orientadores tanto do próprio movimento, quanto das cooperativas enquanto organizações econômicas e sociais. Estes princípios, aceitos e zelados internacionalmente e cujo zelo se viabiliza primordialmente através da Aliança Cooperativa Internacional, são: participação livre e voluntária, processo decisório democrático, ação econômica dos associados, autonomia e independência, educação e formação continuada, cooperação com outras cooperativas e ação comunitária.

Com isto, vale destacar que as cooperativas são uma forma de organização particular e diferenciada em relação a outros formatos empresariais ou institucionais. Na sociedade cooperativa há uma identidade entre detentores do capital, ou seja, proprietários dos meios de produção, entre os dirigentes, ou seja, aqueles que detêm o poder de decisão e entre aqueles que utilizam dos serviços produzidos e fornecidos pela própria cooperativa, ou seja, os clientes, os usuários. Uma visualização dos diferentes tipos de empreendimentos se apresenta no a seguir.

Quadro 1: Diferenças entre tipos de empreendimentos econômicos

<u>Sociedade de capitais</u>		
Capital	Direção	Clientes
<u>Sociedade de pessoas</u>		
Capital	Direção	Clientes
<u>Cooperativa</u>		
Capital	Direção	Clientes

Fonte: Münkner (1995, p. 69)

Assim, as cooperativas se constituem em grupos de interesse, que por meio da adesão livre e voluntária, da gestão participativa e democrática, objetivam resultados econômicos e sociais para seus associados. Nas cooperativas os cooperados participam ativamente tanto em termos de contribuição de capital como das decisões, inclusive assumindo todos os riscos inerentes à esta forma de organização, de maneira coletiva. O cooperativismo, organizador dos interesses coletivos das cooperativas, tem atuado para consolidar e expandir estas relevantes e significativas formas de empreendimento econômico, social e cultural.

3 Cooperativismo na Alemanha

O cooperativismo na Alemanha data do contexto da reforma do campo com a libertação dos camponeses, que engendrou a expansão e novas formas de uso individual da terra e dos métodos de produção agrícola. A fim de criar possibilidades de viabilidade econômica da propriedade agrícola para garantir o sustento dos animais e a subsistência da família, os agricultores se organizaram em cooperativas. No contexto das cidades, tanto os artesãos se organizaram em cooperativas de artesãos e serviços especializados para elevar as chances de existência das profissões ameaçadas pela industrialização, como os trabalhadores fabris, que com

seus baixos salários não conseguiam prover o sustento da família, se organizaram em cooperativas de consumo e habitacionais.

As primeiras iniciativas cooperativistas ocorreram a partir de 1847, com a fundação de cooperativas habitacionais, sendo Victor Aimé Huber considerado o pioneiro neste campo. Entre os trabalhadores e artesãos urbanos, Herman Schulze-Delitzsch, a partir de 1853, foi o pioneiro na organização de cooperativas de crédito e de consumo como o objetivo de serem sociedades de ajuda mútua de coordenação coletiva para otimizar os recursos de cada indivíduo isoladamente. Na área da produção agrícola, as primeiras cooperativas foram organizadas a partir de 1860 na região da Renânia, tendo Friedrich Wilhelm Raiffeisen como principal articulador, fomentador e organizador. Em anos posteriores houve intensiva expansão de cooperativas, tanto no âmbito do campo como da cidade. (Laurinkari, 1990)

A partir das análises de Novy (1984) e de Schlosser (2003) é possível identificar seis ondas de desenvolvimento do cooperativismo na Alemanha:

- ✓ Dos anos 50 até 60 do século XIX, das primeiras cooperativas até o conflito entre Huber, Schulze-Delitzsch, Raiffeisen e Pfeiffer. Houve a fundação de cooperativas de trabalhadores, de consumo e de crédito.
- ✓ Dos anos 1890e até os primeiros anos do século XX, quando houve a criação de cooperativas de trabalhadores e de construção (habitacionais).
- ✓ No início da República de Weimar, com crescimento de cooperativas de consumo e habitacionais (pelo movimento de construção de moradias).
- ✓ No período pós Guerra, a partir de 1945, sendo que na parte oriental foram impostas de cima para baixo e na parte ocidental os avanços são lentos, mas há um reavivamento de cooperativas de consumo e formação de novas cooperativas habitacionais.
- ✓ Metade dos anos 1970 até metade dos anos 1980, com movimento alternativo houve a construção de empreendimentos autônomos e autogestionários.
- ✓ A partir dos anos 1998, houve o crescimento de cooperativas sociais e de bairros e o surgimento de cooperativas no âmbito da inovação tecnológica e outras formas de prestação de serviços.

Na Alemanha, o cooperativismo na atualidade não é apenas um movimento social e econômico, mas passou a ter uma institucionalidade profundamente ancorada na vida societária, ou seja, os empreendimentos cooperativos são organizações econômicas muito significativas. Tanto o cooperativismo como as instituições dele participantes, as cooperativas e centrais cooperativistas tem se reestruturado ao longo dos anos, tentando acompanhar as exigências da modernização progressiva.

O sistema cooperativista é organizado basicamente em três grandes ramos, quais sejam: a) as cooperativas decorrentes dos ideais e consideradas de tipo Raiffeisen, cuja origem ocorreu basicamente no ramo agrícola e foi se estendendo para os setores de crédito, de consumo e de insumos e serviços no campo, e as de tipo Volksbanken, cuja origem foi urbana e voltada para geração de crédito e prestação de serviços bancários e financeiros; b) as cooperativas habitacionais e c) as cooperativas de consumo e serviços. Cada um destes três ramos estão

organizados nas três esferas, a nacional, a estadual e a local, sendo que entre elas não há uma relação de hierarquia vertical, nem de dependência horizontal. O princípio da autonomia rege todo o sistema. Pode-se afirmar que esta estrutura apresenta-se como sendo complexa, sendo perpassada por relações horizontais e verticais. Todavia, esquematicamente a organização cooperativista alemã, pode ser configurada conforme consta no quadro 02 a seguir.

Quadro 02: Estrutura do Cooperativismo Alemão

Comissão Livre das Associações Cooperativas				Nível Federal	
DGRV			GdW (Habitação)	ZdK (Consumo)	Nível Nacional
DRV	BVR	ZGV		1 Associação de Auditoria (PdK)	
6 Associações de Auditoria					
26 Centrais Federais e Institutos Especiais			14 Associações Regionais		Nível Regional
8 Associações Regionais					
69 Centrais de Negócio			1.951 Cooperativas Habitacionais 1.166 outros Empreendi- mentos	63 Cooperativas de Consumo 21 outros empreendi- mentos	Nível Local
3.394 Cooperativas agrícolas e de prestação de serviços Raiffeisen	1.489 Bancos Populares (Volksbanken) e Bancos Raiffeisen	1.060 Cooperativas produtivas, consumo e de prestação de serviços			
16,3 Mi. Membros					

Fonte: Elaboração própria

A partir deste quadro é possível constatar, que não há uma estrutura vertical e piramidal de cooperativas. Historicamente o sistema cooperativista foi sendo estruturado pela finalidade, tipo de sócio e ideais orientadores. Assim, as cooperativas tipo Raiffeisen e Volksbank, se organizaram num tipo de estrutura, abrangendo as três primeiras colunas à esquerda no quadro acima. Já as cooperativas habitacionais desenvolveram uma estrutura e formas de organização própria, independente de outras formas de cooperativas. O mesmo ocorreu com as cooperativas de consumo, que se organizaram majoritariamente sob o tipo Edeka. Faz-se necessário destacar ainda, a centralidade e importância das organizações cooperativas a nível regional e nacional, no sentido destas organizarem os interesses gerais e específicos de cada grupo organizado, bem como o papel principal que desempenham no que se refere ao sistema de auditorias e fiscalização do próprio sistema. As associações e instituições que realizam as auditorias nas cooperativas são inerentes ao sistema, pois a legislação cooperativista prevê a realização de uma auditoria anual nas cooperativas. Com isto, as organizações auditoras são consideradas integrantes do próprio sistema cooperativista.

As cooperativas são numericamente significativas, mas tanto a expansão quanto a retração de cooperativas na Alemanha acompanharam as realidades econômicas amplas da sociedade. Assim, por exemplo, houve o fechamento e fusão massiva de cooperativas na área agrícola, pois este setor deixou de ter uma centralidade no contexto geral da economia, já que representa apenas 5% na produção do país. De outro lado, as cooperativas são vitais para os agricultores, pois

95% de todo o sistema agrícola é cooperativista. As cooperativas de consumo, as de tipo Edeka, tiveram grandes dificuldades de sobrevivência econômica financeira nos últimos três lustros, devido à expansão de supermercados tipo Discounter. Este fato também levou ao fechamento e fusão de cooperativas deste tipo. No ramo bancário, com a implementação de sistemas de automação, houve um enxugamento das mesmas, não de longe não tão violento como outros ramos econômicos ou como o mesmo setor no Brasil. Na tabela 1 abaixo, pode-se acompanhar e verificar esta realidade.

Tabela 1: Evolução do cooperativismo na Alemanha

Ano	Tipos	1960		1980		2000	
		Membros	Em %	Membros	Em %	Membros	Em %
Cooperativas de crédito	Cooperativas	11.676	43,0	4.267	36,5	2.053	21,5
	Associados*	3.855	39,3	9.105	69,1	14.834	74,5
Cooperativas agrícolas	Cooperativas	12.025	44,3	5.227	44,8	3.961	41,5
	Associados*	2.016	20,5	1.555	11,8	970	4,9
Cooperativas industriais e de serviços	Cooperativas	1.447	5,3	804	6,9	1.422	14,9
	Associados*	257	2,6	232	1,8	260	1,4
Dentre estas, cooperativas de produção	Cooperativas	50	---	28	---	---	---
	Associados	---	---	---	---	---	---
Cooperativas de transporte	Cooperativas	72	0,3	71	0,6	70	0,7
	Associados*	18	0,2	14	0,1	14	0,1
Cooperativas de consumo	Cooperativas	272	1,0	94	0,8	46	0,5
	Associados*	2.585	26,3	665	5,0	880	4,4
Cooperativas habitacionais	Cooperativas	1.653	6,1	1.217	10,4	2.002	20,9
	Associados*	1.081	11,0	1.613	12,2	2.953	14,8
Total	Cooperativas	27.145	100	11.680	100	9.554	100
	Associados*	9.812	100	13.184	100	19.911	100

(*) = em milhões.

Fontes: elaboração própria, a partir de Bierbaum/Riege (1985)

Apesar dos percalços econômicos e sociais, as cooperativas têm procurado sobreviver e cumprir para o desenvolvimento econômico e social do país. Atualmente, há na Alemanha, relacionada ao sistema agrícola, 3.086 cooperativas primárias e um central nacional, que movimentam em torno de 39,1 bilhões de euros. Em relação ao sistema cooperativista de crédito, há 1.232 cooperativas primárias, 02 bancos centrais e alguns institutos financeiros específicos, que movimentam 900 bilhões de euros e 9,34 bilhões de recursos de capital dos membros individuais. Em relação a cooperativas comerciais, de serviços e de consumo, há 1.151 cooperativas, 07 institutos centrais e 02 associações nacionais, que movimentam juntas em torno de 100 bilhões de euros. (DEUTSCHE..., 2008)

A seguir, na tabela 02, constam os números relacionados ao desempenho atual das cooperativas associadas a central nacional de cooperativas, principalmente as de tipo Raiffeisen e Volksbanken.

Tabela 2: Números atuais do Cooperativismo (31.12.2007)

Cooperativas de crédito	Qtidade.	Balancete (Bi. €)	Membros (Mi.)
Volksbanken e Raiffeisenbanken	1.232 ¹	632	16,1

Bancos Centrais Cooperativos	10	553	----
Cooperativas agrícolas e de prestação de serviços no campo	Qtidade.	Balancete (Bi. €)	Membros (Mi.)
Cooperativas Raiffeisen de Consumo, de serviços e agrícolas, incluindo as centrais	3.086 ¹	39,1 ²	2,1
Cooperativas de prestação de serviços e de transformação (industriais)	Qtidade.	Balancete (Bi. €)	Membros (Mi.)
Cooperativas de serviços e de transformação (industriais), incluindo as cooperativas centrais	1.019	98,2	0,2
Cooperativas de consumo e de serviços	139	2 ³	0,6
Total	5.291²		17,6² /₄

1) destes 195 são cooperativas de crédito e comercial

2) números provisórios

3) estimado

4) incorporado associado duplamente

Fonte: DGRV (2008)

A tabela acima mostra que as cooperativas associadas à central nacional DGRV são em torno de 5.300, com 17,6 milhões de associados. Tendo em vista o sistema de cooperativas habitacionais e considerando que a sociedade alemã tem em torno de 80 milhões de habitantes, pode-se dizer que de cada quarto habitante, um é membro de alguma cooperativa.

Ao longo das três últimas décadas é possível constatar uma diminuição expressiva no número de cooperativas. Com base em dados da Deutsche... (2003; 2008) verifica-se que enquanto em 1980 havia 10.337 cooperativas, em 2000 este número era de 6.334 e em fins de 2007 de 5.291, ou seja, uma diminuição de quase 50%. Já em relação ao número de associados, em números se apresentam de forma diferenciada, com um aumento em torno de 40% no número de associados, pois em 1980 havia 10,33 milhões de associados, no ano 2000 em torno de 16,23 e em 2007 este número girava em torno de 17,6 milhões.

No que se refere ao número de funcionários de cooperativas, é possível observar uma elevação de contratações até no ano de 1995, quando daí há uma queda significativa. Assim, por exemplo, nas cooperativas tipo Volksbanken, havia 101.500 funcionários em 1980, em 1995 chegou a 182.700 e em 2003 desceu para 170.000. O mesmo ocorreu nas cooperativas de tipo Raiffeisen, quando em 1980 havia 147.190, em 1995 havia 166.200 e em 2003 120.000. (DEUTSCHE..., 2003) A tendência de queda no emprego de mão-de-obra direta por parte das cooperativas acompanhou a realidade de todos os tipos de empreendimentos econômicos, sendo que com a implantação de sistemas automatizados (por exemplo, em bancos e supermercados) e estratégias de gestão, como a terceirização, há uma diminuição de postos de trabalho.

Todavia, há que se observar que em relação à apresentação anual final da movimentação financeira das cooperativas houve um leve acríve ao longo destas décadas. Estes resultados foram obtidos tendo em vista o fechamento e a fusão de cooperativas improdutivas ou com resultados insuficientes para a sobrevivência do empreendimento.

Enfim, as cooperativas e o cooperativismo surgiram na Alemanha como forma de organização baseada na ajuda mútua entre os que tinham interesse e necessidades comuns. Atualmente é uma forma com ativa e intensiva participação na economia do país, investindo na qualificação de seus produtos, serviços, bem como de seu quadro funcional. A gestão democrática, apesar de presente, tem dimensões mais burocráticas do que a intensiva autodeterminação dos associados. As cooperativas se consolidaram como empreendimentos econômicos, e na contemporaneidade, os aspectos sociais e culturais não tem sido tão determinantes quanto do seu surgimento.

4 Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo no Brasil, enquanto movimento, caminha em busca de autonomia e independência, apesar de, ao longo do mesmo, ter mantido laços e relações estreitas com o Estado, sendo os limites e demarcações entre ambos, por vezes, anuviados. De forma geral, o cooperativismo neste país emergiu é marcado por um lastro conversador, ou seja, as cooperativas não surgem como empreendimentos econômicos alternativos, mas como estratégias de fomento do desenvolvimento, principalmente no meio rural. A formação de cooperativas foi sendo intensificado no período do desenvolvimentismo (pós 1950) e do Estado autoritário (pós 1960). Assim, neste período a criação e organização de cooperativas passa a ser incentivada pelo Estado central como uma forma de incrementar, principalmente, o desenvolvimento agrícola.

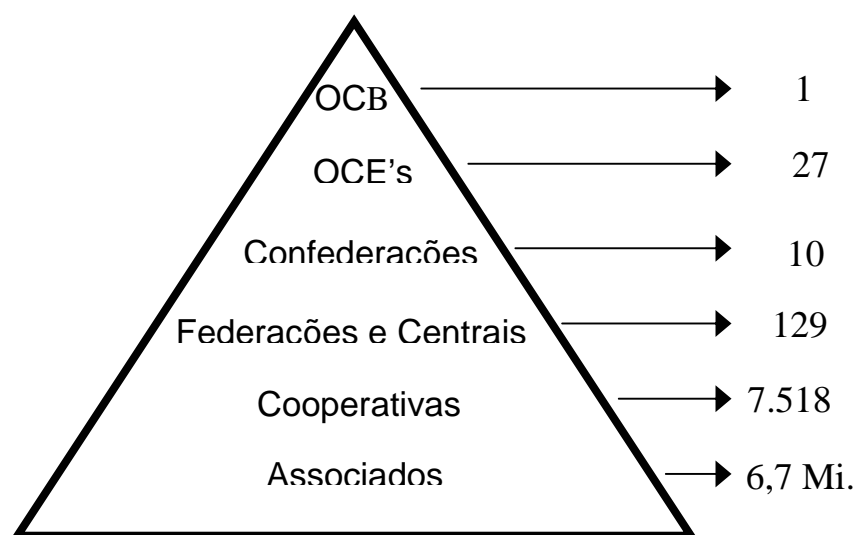
Todavia, já anteriormente, pessoas se organizaram em cooperativas como forma de auto-ajuda. As primeiras cooperativas organizadas foram de consumo, em 1887 e 1889, como cooperativas de empregados de empresas privadas e públicas. A primeira cooperativa agrícola foi fundada por vinicultores no Rio Grande do Sul em 1902, a partir das idéias de Raiffeisen, sendo estas trazidas por um padre jesuíta suíço. Até na década de 1960 houve um intenso crescimento de cooperativas. Elas tinham um papel importante enquanto organizadoras de um sistema de seguridade social, pois atendiam demandas decorrentes de necessidades sociais, de saúde e previdenciárias, já não havia um sistema de seguridade social consolidado por parte do Estado. A fundação e desenvolvimento de cooperativas ocorreram de forma relativamente autônoma até no início dos anos 1960.

É com o golpe de Estado em 1964, que ocorre uma intervenção intencional em todo o sistema cooperativista brasileiro, através de medidas de controle fiscal, da relação cooperativa-cooperados, da autorização de abertura de novas cooperativas, da suspensão de cooperativas mistas, entre outras. A partir de 1971, o cooperativismo se tornou um instrumento para a modernização do campo, i. é., da expansão capitalista no campo, através do fomento do agronegócio cooperativista. Nos anos 1970 as cooperativas agrícolas duplicaram e sua participação na exportação cresceu em 45% em apenas três anos, sendo sua participação no volume total de exportações do Brasil, em torno de 5% (SEIBEL, 1993). A situação intervencionista do Estado brasileiro nas cooperativas modificou-se radicalmente a partir de 1988, quando, com a nova carta constitucional, os princípios de autogestão cooperativa foram retomados e consolidados.

Atualmente, no Brasil, há uma diversidade de cooperativas em todos os setores e ramos da economia, sendo organizações que participam não somente da

vida econômica, mas também social e política, pois atuam na perspectiva de consolidar um ideário participativo e democrático. A estrutura do sistema cooperativista no Brasil é caracterizado como sendo de forma piramidal, o que possibilita uma unidade no interior da própria estrutura e é apresentada na figura 01 a seguir.

Figura 01: Estrutura do Cooperativismo Brasileiro



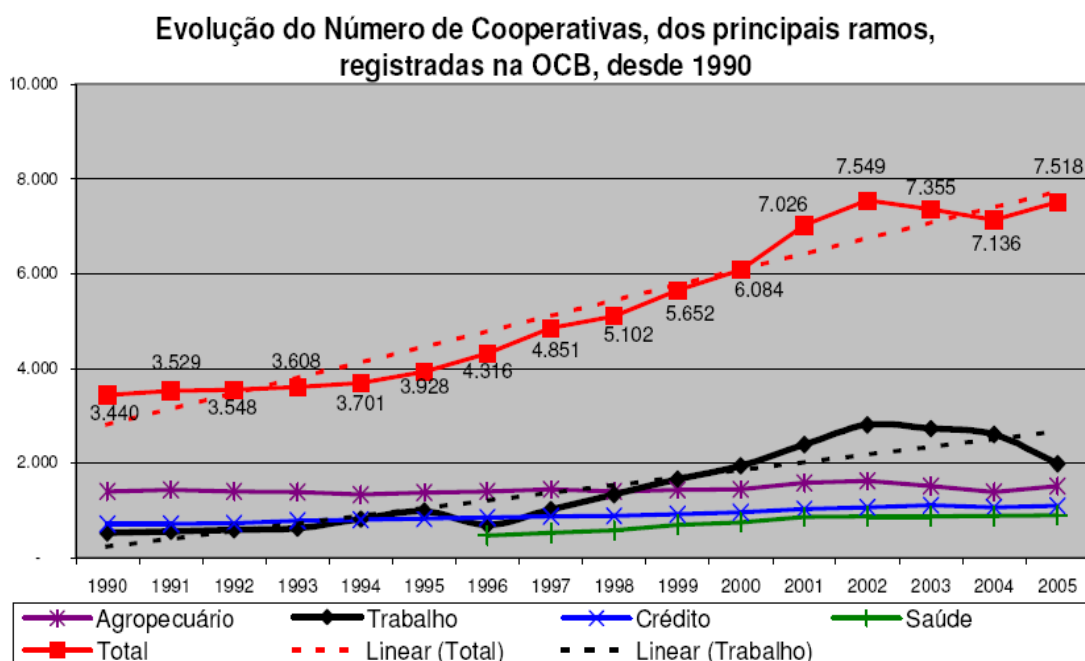
Fonte: OCB 2005 (Dezembro/2005)

No Brasil, a estrutura cooperativista apresenta-se de forma piramidal, ou seja, todos os ramos cooperativos estão agregados a partir de uma central cooperativa nacional e depois estadual, podendo-se inferir que o princípio articulador das cooperativas é geográfico, mais do que apenas o seu tipo econômico. Vale destacar que a inscrição e vinculação numa central cooperativa estadual são de obrigatoriedade legal, conforme consta na legislação cooperativista de 1971.

No que se refere à distribuição das cooperativas nas regiões do Brasil, observa-se que quase 60% se localizam em estados das regiões sudeste e sul. Com base em dados da OCB (2005), de um total de 7.518 cooperativas, 1.429 se localizam nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e 2.949 nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Isto evidencia uma determinada configuração econômica destas regiões, não necessariamente no sentido de uma cultura associativa cooperativista, mas porque o agronegócio nestes estados se estrutura em base cooperativista. Este fato é observável quando se relaciona o número de cooperativas com a de cooperados e de empregados em cooperativas nestes mesmos estados.

Na última década, houve um crescimento quantitativo nas cooperativas de crédito, ocasionado pela alteração na legislação para a abertura deste tipo de cooperativa, facilitando-as. Além disso, houve a fundação significativa de cooperativas de trabalho, estas concentradas na área da prestação de serviços (limpeza, jardinagem, segurança, entre outros). A criação deste tipo de cooperativa foi utilizada como alternativa burocrática em detrimento de outras formas de empreendedorismo econômico, como por exemplo, as micro-empresas, sendo os princípios do cooperativismo apenas discurso e não orientadores da organização e prática gerencial interna. Além disso, com a retração do Estado na prestação de

serviços de educação e saúde com qualidade, houve o crescimento de fundações de cooperativas nestes ramos. A evolução das cooperativas nos principais ramos cooperativos está apresentada no gráfico 1 a seguir.



A partir do gráfico acima, ainda, é importante destacar que nos últimos três anos, a quantidade de cooperativas mais do que duplicou, crescendo em torno de 105%, ou seja, as cooperativas tem sido importante forma de organização econômica e social, consolidando o potencial cooperativista do Brasil.

No Brasil, em relação ao ramos cooperativistas, é possível constatar uma diversidade interna expressiva, ou seja, há cooperativas organizadas nos mais diversos setores, desde o agropecuário, ao bancário e serviços. Todavia, em relação ao setor de transformação, isso não é observável. No setor agrícola, tanto o número de cooperativas quanto o de associados e empregados é alto. Outros dois ramos relevantes são o de crédito e o de trabalho. Ambos tem um significativo número de associados, evidenciando que estes tem sido pautados na ajuda mútua e à serviço dos próprios associados. Necessário se faz destacar que um setor de pouca expressão, o habitacional, valeria ser fomentado, já o déficit de moradia no Brasil beira ao colapso social e expressa alto grau de exclusão social e ausência de qualidade de vida.

Em relação à realidade atual das cooperativas por ramo no Brasil, evidencia-se a seguinte conformação, conforme tabela 3:

Tabela 03: Situação atual das cooperativas no Brasil

Ramo	Nr. Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Consumo	158	1.920.311	7.219
Crédito	1.115	1.439.644	23.291
Educacional	303	98.970	2.874

Especial	7	2.083	6
Habitacional	314	104.908	2.472
Infra-estrutura	172	575.256	5.500
Mineral	34	48.830	35
Produção	113	9.559	315
Saúde	878	261.871	23.267
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Transporte	706	48.552	2.099
Turismo e lazer	12	396	2
Total	7.355	5.762.718	182.026

Fonte: OCB (2005 - Situação em 31.12.2005)

Um aspecto relevante no cooperativismo brasileiro se refere ao fato das cooperativas terem sido importantes empregadores. Com base em dados publicados pela OCB (2005), em 1995 as cooperativas empregavam 116.000 pessoas e em 2005 em torno de 200.000 pessoas, significando um aumento de 42% em 10 anos. Além disso, o número de associados tem crescido quase na mesma proporção, sendo 3.554.000 em 1995 e 6.791.000, ou seja, em uma década ambos quase duplicaram.

As auditorias nas cooperativas por alguma entidade externa à cooperativa ou ao sistema cooperativista, não são de obrigatoriedade legal, assim como as organizações estaduais também não possuem esta atribuição legal nem possibilidade de controle sobre as cooperativas. Todavia, o DENACOOOP (Departamento Nacional de Cooperativismo), vinculado ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), como órgão do governo federal cujo objetivo central é apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e o associativismo rural brasileiros realiza auditorias em cooperativas quando houve o fornecimento de recursos financeiros as mesmas.

O cooperativismo tem se expandido no Brasil. Esta constatação pode ser feita quando se observa tanto o aumento do número de cooperativas, quanto o de associados e de empregados em cooperativas. Com isso, seu significado econômico e social tem se ampliado, passando a ser uma forma de empreendimento de relevância. Os tipos de cooperativas que mais tem crescido, as de trabalho e rurais, revelam uma conformação econômica que não necessariamente pode ser caracterizada como decorrente de processos de modernização e diferenciação progressiva, mas de um tipo de desenvolvimento marcado por contradições, na medida em que formas de trabalho marcadas pelo arcaico, como ocorre nas cooperativas de trabalho, convive com o avanço tecnológico de última geração, como é o caso de empreendimentos do agronegócio. Inserido no contexto da sociedade brasileira, o cooperativismo está atualmente profundamente ancorado na mesma.

5 Aspectos comparativos do cooperativismo brasileiro e alemão

Os sistemas cooperativistas brasileiro e alemão, mais do que semelhanças, possuem significativas diferenças. Na história de consolidação das cooperativas em ambos os países, a despeito de suas origens iniciais, quando surgem como forma de ajuda mútua entre os trabalhadores para enfrentar coletivamente as mazelas do processo de industrialização e urbanização, há diversidades observáveis e

necessárias a serem destacadas. Tanto o cooperativismo como as cooperativas são expressão e reflexo da forma de organização e desenvolvimento de cada sociedade. Os aspectos historicamente mais significativos encontram-se sistematizados no quadro 03 a seguir.

Quadro 03: Resumo histórico comparativo dos sistemas cooperativistas

Alemanha		Brasil	
Período	Características	Período	Características
De início dos anos 1850 até 1860	Primeiras cooperativas no campo e na cidade	Primeiras cooperativas no campo e na cidade	De início dos anos 1880 até 1932
De 1890 até 1910 1889	Intensivo desenvolvimento de cooperativas de construção (área habitacional) 1a. Lei do Cooperativismo	Legislação cooperativista e Fundação da OCB	De 1932 até 1950 1971
República de Weimar - 1920 até 1930	Intensa ampliação de cooperativas de construção (área habitacional)	Desenvolvimento Cooperativas empresariais	De 1950 até 1980
De 1945 até 1970	No leste, organizadas pelo Estado. No ocidente apenas lenta ampliação	Redemocratização e busca de autonomia	De 1980 até dias atuais
Metade anos 1970 até meio dos anos 1980	Formação de um movimento alternativo	Experiências de economia social e solidária	Nos anos 1990
A partir de 1990	Unificação de cooperativas, principalmente de consumo; criação de cooperativas na área social e de prestação de serviços	Nova legislação para as cooperativas de crédito Economia solidária como projeto de governo	A partir de 2001 A partir de 2003
Ao longo do período	Modernização Pluralização Solidariedade com sentido moderno	Modernização Pluralização Solidariedade com sentido pré-moderno	Ao longo do período

Fonte: Elaboração própria

Um dos aspectos a serem destacados se refere a independência do cooperativismo em relação ao Estado, ou seja, enquanto que na Alemanha observa-se uma autonomia das cooperativas frente ao Estado, atuando este como normatizador de relações e processos, no Brasil a consolidação das cooperativas no setor primário são impensáveis sem o fomento e o apoio do Estado. Ademais, na Alemanha, o cooperativismo bancário e habitacional é decisivo no desenvolvimento econômico e social. Já no Brasil, as cooperativas no setor primário são de central

importância, sendo que uma diversidade e abrangência de novos tipos de cooperativas consolidam-se apenas nas duas últimas décadas. Em relação a situação atual em ambos os países de forma comparada, os dados são apresentados na tabela 04 a seguir.

Tabela 04: Dados atuais do cooperativismo alemão e brasileiro

Países	BRD	BR	BRD	BR	BRD	BR
Campos	Cooperativas		Associados		Empregados	
Agrícola	3.600	1.624	2.800.000	865.494	120.000	105.597
Consumo	2.267	170	1.080.000	1.702.387	---	7.873
Crédito/Bancário	1.621	1.066	15.200.000	1.127.955	170.000	21.157
Educação	---	301	---	73.223	---	2.933
Educação Especial	---	7	---	2.035	---	6
Habitação	2.016	313	3.138.000	73.254	---	1.445
Infra-estrutura	---	184	---	567.394	---	5.410
Extração Mineral	---	40	---	51.231	---	41
Produção (Ativ.)	---	147	---	11.094	426.000	326
Saúde	---	880	---	384.215	---	19.152
Trabalho	---	2.109	---	356.089	---	5.514
Transporte	94	698	---	44.010	---	1.941
Turismo e Lazer	---	10	---	263	---	0
Total	9.598	7.549	22.218.000	5.258.644	716.000	171.395

Obs.: Campo não preenchido corresponde a dado não encontrado.

Fontes: Elaboração própria a partir de OCB/Dezembro/2002; DGRV/2002; DGZ/2003.

Enfim, em relação a diferenças e semelhanças, pode-se realizar alguns destaques. No que se refere ao sistema de auditoria, na Alemanha este se efetiva de forma independente do Estado. Tem uma função preventiva, de correção nos cursos econômicos das cooperativas, com vista a prevenir e solucionar problemas durante o processo de gestão e evitar falências. Já no Brasil as auditorias são realizadas, no sistema agrícola, pelo Estado. O Estado exerce função de poder e controle sobre as cooperativas, com relação de dependência entre ambos.

Em relação a internacionalização do cooperativismo, pode-se afirmar que o grau de internacionalização do cooperativismo é bastante diferenciado entre ambos os países. O sistema alemão apóia e fomenta o cooperativismo em diversos países. Tem significativas relações internacionais. De outra forma, no Brasil, apesar das relações internacionais estar na pauta do sistema cooperativista, ainda há muito mais a ser desenvolvido neste campo.

No que se refere ao sistema de formação e educação continuada, na Alemanha os sistemas de formação são integrados as centrais de organização das cooperativas tanto por setores econômicos como por regiões, sendo possível observar uma grande oferta de cursos de formação específica. No Brasil, há um serviço próprio instituído para atuar na formação cooperativista, denominado SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), sendo relativamente novo, pois foi criado em 1998. A oferta e desenvolvimento de cursos ocorrem em consonância com as demandas levantadas pelas cooperativas. A criação deste serviço contribuiu para a difusão e consolidação do ideário do movimento cooperativista, bem como para a profissionalização crescente das cooperativas. Um foco importante de atuação do sistema tem sido o público jovem,

capacitando-os a atuarem e se inserirem de forma qualificada no sistema cooperativista.

6 Considerações Finais

Este estudo comparativo evidenciou mais diferenças do que semelhanças entre os sistemas cooperativistas do Brasil e da Alemanha. Todavia, comprovou que ambos estão profundamente ancorados nas sociedades em que estão inseridas e são organizações econômicas, sociais e políticas de relevância, pois movimentam recursos financeiros de envergadura, além de serem significativos empregadores e atenderem necessidades de seus associados.

Na Alemanha o cooperativismo foi um movimento organizado no final do século XIX pelos trabalhadores empobrecidos no campo e na cidade. No Brasil, apesar dos primórdios do cooperativismo ter se iniciado com os imigrantes europeus aportados no início do século XX, é o Estado que fomenta o desenvolvimento cooperativista intensivamente a partir dos anos 1950.

Um aspecto diferencial refere-se ao processo de auditoria externas nas cooperativas. Na Alemanha, estas têm uma função preventiva, de correção nos cursos econômicos das cooperativas, com vista a solucionar problemas durante o processo e é realizado por associações especificamente organizadas para tal. No Brasil as auditorias não são permanentes, mas no sistema agrícola são realizadas pelo Estado quando forneceu fomento de alguma natureza para as mesmas. Neste sentido, o Estado exerce função de poder e controle sobre as cooperativas.

As cooperativas têm importante função na economia da sociedade alemã, já que são sustentáculo da agricultura, dos sistemas bancário e habitacional. No Brasil, houve um crescimento significativo de cooperativas nas últimas décadas, bem como uma diversificação nos ramos cooperativistas. Em ambas as sociedades as cooperativas são importantes geradores de empregos. Além disso, elas cumprem uma dimensão social significativa, pois visam a divisão dos ganhos entre os associados, ou seja, na medida que não concentram os resultados como propriedade de alguns e divide-os entre muitos, estabelece-se uma construção de relações mais horizontais, o que pode contribuir ainda mais, para a efetivação de uma sociedade democrática.

Referências Bibliográficas

Bierbaum, Heinz u. Riege, Marlo. Die neue Genossenschaftsbewegung: Versuch einer politisch-ökonomischen Bestimmung. In: Bierbaum, Heinz/Riege, Marlo (Hg.): *Die neue Genossenschaftsbewegung*: Initiativen in der BRD und in Westeuropa. Hamburg : VSA-Verlag, 1985, S. 7-26.

DEUTSCHER GENOSSENSCHAFTS- UND RAIFFEISENVERBAND e. V. *Jahresbericht*. Bonn, 2002.

DEUTSCHER GENOSSENSCHAFTS- UND RAIFFEISENVERBAND e. V. *Jahresbericht*. Köln, 2003. In: <http://www.dgrv.de> (consultado em 12.03.03 – 14 h)

DEUTSCHER GENOSSENSCHAFTS- UND RAIFFEISENVERBAND e. V. *Kurzprofil*. Berlin, 2008.

Laurinkari, Juhani (Hg.). *Genossenschaftswesen*. Hand- und Lehrbuch. München u. Wien : Oldenbourg, 1990.

Münkner, Hans-H. Genossenschaftsidentität als strategisches Führungsinstrument (Schwerpunkt Genossenschaftsbanken). In: Herrmann, Armin/Ringle, Günther (Hg.): *Perspektiven des genossenschaftspolitischen Führungssystem*. Göttingen : Vandenhoeck u. Ruprecht, 1995.

Novy, Klaus. Die Ökonomie der Solidarität – Chancen und Grenzen der kollektiven Selbstversorgung durch genossenschaftliche Selbsthilfe. In: Projektgruppe „Geschichte Bergischer Genossenschaften“ (Hg.): *Vorwärts-Befreiung*. Genossenschaftliche Selbsthilfe im Bergischen Land. Essen, , 1984, S. 08-15.

OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). *Anuário do cooperativismo Brasileiro*. Brasília : OCB, 2002.

OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). *Números do Cooperativismo Brasileiro 2005*. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.com.br/Portals/0/documentos/mercados/Dados%20do%20Cooperativismo%20%20Ramo%20e%20Estado%20-%202005.pdf> (consultado em 10.08.2006)

Schlosser, Irmtraud. Genossenschaften als Antwort auf Kapitalversagen? Ansätze und ungenutzte Potentiale in Deutschland. In: Loccumer Initiative kritischer Wissenschaftlerinnen und Wissenschaftler: *Mut zur konkreten Utopie: Alternativen zur herrschenden Ökonomie*. Hannover : Offizin, Nr. 8, 2003, S. 83-92.

Seibel, Erni José. *Die politische und ideologische Funktion des Genossenschaftswesens*. Berlin, 1993. (Diss. FU Berlin – Politische Wissenschaft).